

GESTÃO SOCIAL DO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA FRONTEIRA AMAZONICA RONDONIENSE: reflexões sobre a função social da Universidade na formação de lideranças para uma sociedade multicultural

Investigação em andamento

Grupo de Trabalho nº 25

Carmen Tereza Velanga
carmenvelanga@gmail.com
Dorosnil Alves Moreira
drdorosnil@gmail.com

RESUMO

Discute-se a função social da Universidade na formação de professores com aportes teóricos sobre Currículo, Estudos Culturais e Pós-Colonialismo objetivando compreender a formação de identidades na pós-modernidade, o papel do educador frente aos saberes necessários à sua prática e como líder democrático inserido na realidade de países colonizados na América Latina. O Currículo como instrumento ideológico, na sua dimensão discursiva cultural, é instrumento que reproduz e favorece a produção de identidades e representações que fortalecem as mesmas identidades fixas e politicamente hegemônicas. A Universidade Federal de Rondônia é o *locus* da pesquisa em andamento que busca responder à questão sobre como está se dando a formação docente, a organização dos currículos, influenciando diretamente sobre a qualidade do ensino e de vida da sociedade local.

Palavras-Chave: Estudos Culturais. Currículo. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

Trata-se de discutir a formação docente no bojo de questões fundamentais reflexivas que possam levar a uma tomada de decisão em favor de mudanças necessárias para a compreensão do Outro, das diferenças e desigualdades, da diversidade e multiculturalidade na proposição de um Currículo que considere a descolonização como essencial para o avanço das possibilidades educacionais e formativas, na perspectiva de formação do sujeito esclarecido, crítico, comprometido com a ética para o aprimoramento do homem e da sociedade frente aos múltiplos desafios contemporâneos.

Nessa direção, importa questionar:- Em que consiste o homem e como pode vir a ser um líder com liderança ética incluyente? Qual a função social da universidade? Quais as contribuições das Ciências Sociais na relação educação-formação de lideranças? Qual é o papel do Currículo na formação de profissionais da educação?

O homem é um individuo social, totalmente dependente do outro mais próximo. Esse outro é o que possibilita a ilusão do acabamento, no entanto, como pontua Freire (2007), somos seres inacabados, inconclusos em busca do Ser Mais e é nas dinâmicas dos processos humanos e no “Outro” que nos completamos. Nesse processo somos resultados bioculturais, na eterna luta pela liberdade, segurança e respectivas necessidades relacionadas, geradoras da cultura que molda, modifica, sensibiliza, transforma e encoraja o homem para os desafios e enfrentamentos. Assim, todo homem interfere ao mesmo tempo em que é interferido pela ação cultural dele e do outro, daí decorre o

necessário máximo entendimento pessoal e social, o que nos remete à questão fundamental de como a natureza, a razão e a estética interferem na formação do indivíduo, da sociedade, da cultura, do poder local e global.

"O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é imprescindível imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros" (FREIRE, 2007, p. 25).

Da natureza e da razão nasce a contradição que se constitui na essência do homem, que apesar de sua evolução e de seu desenvolvimento, está sempre em constante tensão, conflito e mal estar. No entanto, pela lógica formal e dialética, quando melhor preparado e favorecido pela educação crítica, haverá maior possibilidade de identificação, formação e o aprimoramento, daí favorecer também o desenvolvimento de lideranças no processo e dinâmica do seu percurso formativo articulado com a ética e a política na relação atual do espaço, tempo e conhecimento. Para além de reduzir a experiência estética aos estereótipos e padrões (beleza, cultura) inegavelmente impostos pela indústria do consumo, a experiência estética está ligada à existência e à subjetividade. Existência não somente dita como os processos de sobrevivência e as necessidades básicas do ser, mas que se expressa especialmente na busca da felicidade pela superação do sofrimento, tornando-se transcendência em busca do Ser Mais. Nesta busca inerente ao ser, da busca do próprio significado da vida, funda-se a estética como sensibilidade diante do Outro, que acaba por revelar muito de si, do Eu, de minhas (suas) profundas inquietações existenciais. À educação cabe este despertamento para a ética, a estética e a sensibilidade. Utopia necessária em tempos pós-modernos para a (re)constituição do sujeito.

Nossa reflexão é alusiva à função social da Universidade na formação de recursos humanos, especialmente docentes, inserida em situação de fronteira geopolítica e social. Acredita-se que a contribuição dos Estudos Culturais e Pós-Colonialismo possa dirigir nossas reflexões acerca das identidades em tempos pós-modernos, sem perder de vista os saberes necessários a uma ética incluyente e consciência crítica acerca do Eu e do Outro, como seres construídos e construtores de cultura. Finalmente, apresenta breve reflexão sobre o documento identitário de um curso de formação docente, o seu projeto Político Pedagógico, como a concretização do ideário coletivo na formação docente. Assim, evidencia-se o papel do Currículo em sociedades multiculturais como formador, transformador, gerador de mudanças sociais e instrumento crítico importante na busca de sociedades inclusivas.

1 EDUCAÇÃO E A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

A educação é sempre a equação que soma ensino mais capacitação e ganha potencialidade de intervenção quando constituída meios, ações que envolvem níveis de consciência crítica-organizativa. A educação crítica acelera o processo criativo caracterizado pelo pensamento, reflexão, ação e intervenção, imaginação, invenção e inovação, porém, enfatizamos a análise como fator determinante para compreensão e intervenção.

Todo conhecimento implica em utilidade e inutilidade, todo conhecimento não aplicado pode ser considerando “conhecimentos inúteis”, “coisas inúteis”. Porém, a inutilidade do ser ou da coisa pode ser equivocadamente rotulada e negativamente avaliada pelo fato do “não entendimento” da coisa, do outro, do fato e do fenômeno, o que implica na dialética do esclarecimento:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de

investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber (ADORNO, Theodor W. & Max HORKHEIMER, 1985, s/p).

Tal esclarecimento exige a necessária “boa formação” daquele que está em contato com o objeto do conhecimento, que depende do Currículo, qualidade, do compromisso e principalmente da ética, e de todos os elementos constitutivos da ética da educação. Essa ética se constitui no fundamento e resposta à função da Universidade, qual seja, responder às necessidades sociais:

[...]1. articular sujeitos individuais e coletivos visando uma adequada organização de homens e mulheres; 2. Investir na construção de uma base de conhecimento e comunicação com informações precisas sobre a questão ambiental social, econômica e cultural, direcionadas para um planejamento prospectivo de médio e longo prazo, articulado com fatores da cadeia produtiva de outras localidades; 3. Desenvolver competências e capacidades acerca da dimensão da dinâmica mundial, neoliberal e manifestação da globalização transnacional de impacto local; 4. Valorizar a cultura local, a assimilação das diferenças e rejeição aos efeitos perversos da globalização na forma que está sendo determinada pela supremacia americana; 5. Formar centros e grupos de apoio de desenvolvimento de potencialidades, talentos, quadros de serviços públicos e agentes de desenvolvimento da vida social local; 6. Integrar trabalhos das universidades brasileiras e bolivianas presentes na fronteira e elaborar um currículo que privilegie ambas as culturas, motivando a prática bilíngue na fronteira; 7. Criar um “sistema de informação” como contraponto ao domínio e à invasão de privacidade pelas informações inúteis. Propiciar à população bem informada um importante mecanismo e instrumento político na luta pela cidadania; 8. Transformar a universidade, em cada localidade, em centro permanente de formação política como aprofundamento teórico e prático de educação e liberdade; 9. Motivar iniciativas de atualização do currículo, destacando e incluindo os temas da cultura, educação e a universidade como prática de articulação de potencialidades dispersas, localizadas na fronteira (Brasil/Bolívia), na Amazônia e 10. Desenvolver a prática da sociabilidade a partir da convicção de que o diferente é importante, que sempre dependemos do outro para sobreviver, vinculando toda a ousadia ao respeito e compromisso ético (MOREIRA, D.A., 2011, p. 20).

Toda possibilidade de materialização das respostas às necessidades sociais passa pela boa educação, que supere aquela que simplesmente toma a forma de reprodutora de mecanismos de educação homogeneizadora e diferenciadora de talentos, habilidades, capacidades, personalidades, enfatizada por Emile Durkheim (1995). No entanto, não terá a educação institucionalizada somente a função reprodutora, é preciso avançar sobre isto. Dermeval Saviani (2009), em sua obra “Escola e Democracia” discute a fundamentação das teorias educacionais e posiciona a de Durkheim como

aquela que forneceu a base ao conjunto das teorias educacionais consideradas não críticas (pedagogia tradicional, pedagogia nova e pedagogia tecnicista), pois, ainda que elas possam apresentar distinções quanto à metodologia e organização didática, trazendo mudanças à sala de aula, ao ambiente e ao entendimento do processo ensino-aprendizagem, tais teorias, ao não questionar as bases econômicas e ideológicas da sociedade, não apresentam uma crítica ao modelo de sociedade, tampouco proposições de mudanças sociais. Rumo a “boa educação” importa destacar a educação crítica-organizativa como matriz de boa formação específica para entendimento específico das coisas, relacionados a dimensão local e global, com compromisso de intervenção social, sempre na perspectiva de totalidade da realidade. Quando ocorre o despertar para o esclarecimento e, nesse processo, a capacidade do entendimento da realidade social o homem ganha o sentimento de convicção de que é protagonista de sua própria história.

A educação insere-se na dimensão da globalização capitalista que é reforçada e fundamentada nos pressupostos liberais e neoliberais que obriga contínuos e efetivos aprendizados, transformando a própria educação, o conhecimento e a informação em mercadoria, objeto de desejo e de consumo, com validade de duração, qualidade e de certificação pré-determinada. Nesse sentido, o homem é questionado e condicionado a aprender diariamente novos modos de agir a cada desafio e enfrentamento específico do cotidiano.

Quando se trata da formação de liderança, busca-se o entendimento daquele indivíduo capaz, bem preparado para adequadamente promover a necessária intervenção, no tempo, no espaço, na quantidade e qualidade reclamada e reivindicada pela sociedade, na perspectiva de sucesso, satisfação e no limite, da utopia da felicidade. A formação para o sucesso exige o domínio das variáveis do poder, por exemplo, do domínio da leitura, da escrita, e do argumento como instrumento de poder. Torna-se necessária a formulação e aplicação de um Currículo crítico-organizativo em todo o processo e dinâmica da práxis educacional. Tal *práxis* depende do arcabouço teórico das Ciências Sociais, principalmente da Sociologia, da Antropologia, da Política e da Economia para entendimento acerca das influências e impactos das culturas, sociedades organizadas, poderes e produção e distribuição de bens e serviços.

Quem está interessado no tema da formação e da formação de lideranças? Aquele que acordou e se despertou para o valor da educação como ato político, educação como prática da liberdade (FREIRE, 1994). Indivíduo que tem a capacidade da indignação e faz a opção por uma ética incluyente, o que significa o compromisso social a partir da coragem e a ousadia para participação e intervenção na realidade local. Interessados também estão os exploradores historicamente conhecidos pela capacidade de extração da “mais valia”. O capitalismo prevalece e se aperfeiçoa com a escola e sistemas educacionais como ancoras reprodutoras, conforme história e funcionamento dos “aparelhos, ideológicos do estado” (ALTHUSSER, 1980).

As obras de Freire fazem a defesa da causa dos oprimidos, dos excluídos, dos desassistidos das políticas sociais, denunciando os abusos de poder, as contradições sociais e convocando, diante das suas inquietantes leituras, os docentes à luta por seus direitos, por uma educação gratuita, de qualidade e acessível a todos e todas. Neste sentido, Paulo Freire foi um precursor da educação multicultural e crítica, ao defender a inclusão social e educacional, revelando as mazelas do sistema educacional brasileiro. O pensamento freiriano destacado em sua última obra, *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 1997) reflete-se na necessidade de que o professor se posicione politicamente, se encontre e se reencontre num espaço de negociação e criação.

Nossa pesquisa destaca o fenômeno da desalienação do homem frente ao mundo (FREIRE, 1994) que implica no ato de despertar, decorrente do processo de superação da consciência ingênua para a consciência crítico-organizativa. O ser humano antes alienado passa a garantir condição de liberdade, autonomia e participação, rumo à emancipação do indivíduo e da sociedade. A consciência-

crítico-organizativa do ser humano elimina a condição do ser alienado na perspectiva de ser emancipado. Ser emancipado implica em acordar para os enfrentamentos e para a superação das tensões e conflitos, que depende de motivações relacionadas aos interesses pessoais e necessidades sociais. Necessidade, por exemplo, do entendimento das coisas aparentemente inúteis.

A educação, no âmbito da família, da escola, da igreja, da Universidade, dos partidos políticos e das demais instituições sociais tem um papel fundamental no ato de despertar do indivíduo e da sociedade. A educação cumpre esse papel, quando na condição de educação-crítico-organizativa possibilita no âmbito educacional, escolas, universidades e demais instituições sociais, o aprimoramento dos sentidos, do bem ouvir, bem ler o mundo e os escritos, bem escrever, bem viver, saber reescrever, saber aprender, conceber e renovar utopias. Despertar para intervir nos modos de produção, nos modos de educação, nos modos de cultura local, nos modos de articulação política e nos múltiplos modos de múltiplas relações e articulações sociais.

A educação crítica-organizativa determina e reforça uma formação que permite ao indivíduo ter a visão prospectiva e o compromisso ético-includente, que abre caminho para a identificação, a formação e aprimoramento de lideranças para o desenvolvimento local, que respondam às reais necessidades sociais. A educação como ato político e prática de liberdade se torna possível com o elevado nível de consciência crítica-organizativa. Faz-se necessário o esclarecimento acerca da concepção da política como ideias e ações necessárias e respostas às reivindicações do indivíduo e sociedade. Não há outra forma, na busca pelo Ser Mais, a não ser pela adequada organização social, da crítica organizativa e do aprimoramento nos modos de agir, da formação do indivíduo e da sociedade para o enfrentamento dos desafios de nosso tempo.

2 ESTUDOS CULTURAIS E PÓS-COLONIALISMO E O CURRÍCULO MULTICULTURAL CRÍTICO

2.1 Currículo, Diferença e Identidade na Pós-Modernidade

No sentido etimológico Currículo significa “ato de correr, percurso” (do verbo latino currere = correr). Tradicionalmente o termo Currículo era entendido como sendo o conjunto das disciplinas que o aluno deveria percorrer. Porém no século XX, esse significado foi ampliado definindo-se como o conjunto de experiências e saberes que educandos devem vivenciar e adquirir em sua formação. Como objeto de estudo e pesquisa, os estudos sobre o Currículo surgiram pela primeira vez nos Estados Unidos, nos anos vinte. Em 1918, Bobbitt, em seu livro “The Curriculum”, definiu o currículo como um processo de racionalização de resultados educacionais, medidos com rigor e método. Assim iniciou-se o debate acerca das funções do Currículo sob diferentes pontos de vista e perspectivas, porém tendo em comum a preocupação com os processos de racionalização, sistematização e controle da escola e do Currículo. Oriundo de um contexto econômico americano de pós Guerra Civil, no qual o capitalismo se traduzia por produção em grande escala, o Currículo passa a exigir mão de obra especializada. Questionava-se a escola e o Currículo diante desse processo. Moreira e Silva (2001) afirmam que a concepção de sociedade deste período enfatizava as novas práticas e valores que derivavam do mundo industrial que incluíam a cooperação e a especialização. Sabe-se que a industrialização e urbanização deslocavam o homem do campo para as grandes metrópoles quando então a educação formal questionaria a heterogeneidade da cultura americana, assim, o objetivo do Currículo passava a ser de planejar “cientificamente” as atividades pedagógicas e controlá-las objetivando homogeneizar comportamentos e expectativas sociais, do que se depreende que haverá sempre um determinado contexto social a expressar determinada visão de sociedade e de homem, o que, por sua vez, vai influenciar diretamente os objetivos do Currículo.

O Currículo é o centro do Projeto Político Pedagógico, no qual são traçados os objetivos, conteúdos e metodologias de ensino. Documento de identidade da instituição de ensino é onde está definido o “como” ensinar, o “que” ensinar, o “para que” ensinar e as formas de avaliação que serão adotadas durante o percurso a ser desenvolvido. Em sentido amplo Currículo é definido como um conjunto de experiências acadêmicas e, em sentido restrito, um conjunto de matérias a serem ministradas em determinado curso, atrelado a outros dois conceitos: Plano de estudos e o Programa de Ensino que, em última análise, transmuta-se em instrumentos práticos norteadores do percurso formativo, no caso, a formação docente. Parafraseando Freire: Formar quem, para quê, para qual tipo de sociedade, a favor de quem e contra quem? Continuam sendo as questões sempre emergentes quando se trata de discutir Currículo.

Para Forquin (1993), a cultura é o fator primordial da educação, é o ponto de partida para quaisquer ações educativas de onde se pode definir a finalidade da educação; assim, a construção dos currículos das instituições de ensino são escolhas feitas no interior de uma cultura, e se fazem presentes no currículo seus valores, conhecimentos, atitudes e experiências julgados necessários para ser transmitidos por meio da educação escolarizada, denotando que o que define o que é legítimo ou não são os grupos que detêm poderes superiores.

No processo de escolha (ideológica) de conteúdos que compõem o Currículo se excluem vivências educacionais dos grupos minoritários. A trajetória da história da escola revela um espaço que durante longas décadas se preocupou em transmitir valores, atitudes e conhecimentos homogêneos e de ordem hegemônica. A partir do final da década de 1980, no Brasil, a teoria crítica educacional surge como opção para reverter essa tendência, buscando na democratização do ensino e na valorização da diversidade cultural, a formação do cidadão participativo, engajado, capaz de transformar o seu entorno social.

2.2 Pós-Colonialismo e Currículo

Os estudos sobre a origem dos estudos pós-coloniais não são concordantes entre si, diferindo a cronologia e demarcações geográficas, no entanto, são conhecidos das Ciências Humanas desde 1960. Mesmo não havendo consenso acerca de sua própria definição, é aberta a discussões que permitem a construção de novos conhecimentos. O Pós-Colonialismo nasceu em 1960 na universidade de Birmingham, com a fundação do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos. Os estudos pós-coloniais surgem a partir de pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Subalternos, os resultados deste centro de pesquisa apresentavam o ponto de vista dos colonizados, desmistificando a figura do colonizador como herói, desbravador, descobridor, sendo então possível confrontar as escritas imperiais e a dos colonizados. Santos (2008) defende a ideia de que o Pós-Colonialismo é resultado de uma passagem cultural nas Ciências Sociais em 1980. Estudos apontam o final do império colonial europeu desde o final da Segunda Guerra Mundial até os anos 60, quando as maiores ocupações territoriais estavam sendo questionadas; as relações coloniais de poder compreendem desde relações de ocupação e dominação direta (Índia, países africanos e asiáticos), passando por projetos de “colonização”, por grupos de “colonos” (Austrália), incluindo a relações baseadas na exploração econômica e no imperialismo cultural.

O Pós-Colonialismo torna-se categoria conceitual importante como auxiliar na problematização e interpretação das mudanças nas sociedades coloniais, assim, os estudos pós-coloniais permitem a compreensão da transição das sociedades coloniais no campo político, econômico e social. Hall destaca: “Ressalta-se que o termo “pós” não define a superação de etapas, mas aborda novas reflexões acerca do período colonial que propiciam pensar sobre as estruturas sociais, culturais e econômicas, políticas atuais tendo como base o período de colonização” (HALL, 2003, p.108-109).

Na obra *Pedagogia da Indignação* (2000), Paulo Freire escreve sobre o descobrimento da América em uma de suas cartas, e se posiciona politicamente diante da figura do colonizador:

Não penso nada sobre o “descobrimento” porque o que houve foi conquista. E sobre a conquista, meu pensamento é o da recusa. A presença predatória do colonizador, seu incontido gosto de sobrepor-se, não apenas ao espaço físico, mas ao histórico e cultural dos invadidos, seu mandonismo, seu poder avassalador sobre as terras e as gentes, sua incontida ambição em destruir a identidade cultural dos nacionais, considerados inferiores, quase bichos, nada disto pode ser esquecido quando, distanciados no tempo, correremos o risco de “amaciar” a invasão e vê-la como uma espécie de presente “civilizatório” do chamado velho mundo (FREIRE, 2000, p.34).

Paulo Freire percebe a presença do colonizador como aquele que conquista e não aquele que descobre, e que em decorrência desta conquista o povo conquistado acabou por perder não apenas espaço físico, mas suas identidades. Os nacionais, povos nativos, acabaram por ter suas imagens estereotipadas ao serem invadidos e subordinados. Freire ainda ressalta que o passar do tempo pode distorcer a imagem de que se tem do colonizado, ter a imagem do colonizador como um presente da civilização quando na verdade, nada mais foi do que uma devastação aos nacionais. Para o autor os 500 anos do Brasil, é uma data que não se deveria comemorar o falso descobrimento, pois os povos que habitavam as terras “descobertas” sofreram uma mutilação do corpo e da alma cujas mazelas carregamos ainda hoje. O que se deveria comemorar frente a este descobrimento é a luta pela liberdade, pela não aceitação da invasão. Pensar a experiência colonial é buscar sentido na luta para não aceitar as imposições dos invasores.

A teoria Pós-Colonial é a teoria curricular que se preocupa em desvendar o que está subjacente politicamente ao Currículo e objetiva analisar as relações de poder entre as nações que dominaram historicamente outras provenientes da conquista colonial europeia, deixando uma herança econômica, política e cultural. É proveniente do campo literário e busca examinar as obras literárias escritas por pessoas dominadas e dominantes. Tenta, por este meio, trazer ao debate as obras literárias e artísticas dos próprios povos colonizados, discutindo porque as mesmas são invisíveis nos currículos escolares e nos livros didáticos oficiais, como exemplo.

Para esta teoria, os movimentos sociais que denunciam a exploração, a discriminação, como o feminismo e o movimento do negro estão reivindicando a inclusão de suas culturas, suas experiências de grupos considerados marginalizados pela identidade europeia dominante. Assim, dentro do campo de estudos acadêmicos, a análise pós-colonial, pós-moderna e pós-estruturalista debatem as relações de poder e como o conhecimento foi gerado a partir de um “centro” criado pelo sujeito imperial europeu, branco, de classes sociais dominantes.

O ponto central desta teoria é a “representação”, ou seja, ela preocupa-se como as ideias são geradas e como se transformam depois em discurso. A representação social é o ponto central na formação e produção da identidade cultural e social. A representação está baseada também em uma concepção materialista na qual se focaliza o discurso, a linguagem e o significante. Isso é o que expressa um texto literário, um filme, uma peça, uma fotografia.

A teoria pós-colonial coloca que foi através da “representação” que o Ocidente construiu o “Outro” como supostamente inferior, irracional. Quem é esse Outro senão todos os outros que não são eles próprios, os dominantes ocidentais que produziram e divulgaram como “oficial” o conhecimento dito como “válido”, “importante”, “necessário”, “único correto”? Assim, todo conhecimento que não

fosse o gerado no Ocidente e nos países europeus dominantes esteve invalidado, negado até mesmo como existente.

O Currículo contemporâneo, ainda que buscando a criticidade, carrega a herança do conhecimento colonial, mesmo diante das mudanças sociais e do pensamento educacional. O “Outro” é ainda visto como o diferente, o de cultura alheia à nossa. Um Currículo na perspectiva pós-colonial questionaria as supostas experiências chamadas de “multiculturais”, como as que se fazem presentes nos currículos pretensamente multiculturais, mas, ao contrário, apenas folcloriza os temas sociais relevantes relegando-os à condição de datas comemorativas, folclóricas, festivas isentos da discussão comprometida com os movimentos e problemas sociais. Nosso entendimento é que um Currículo multicultural colocaria questões sobre conhecimento, cultura e estética juntamente com as questões de poder, política e interpretação.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA EM ANDAMENTO

A pesquisa em andamento aponta para a ressignificação de conceitos, revisão de paradigmas e um esforço em direção à tolerância, ética e estética na leitura mais atenta e crítica sobre o Currículo de formação docente de uma Universidade pública, de zona fronteira em Rondônia (Região Norte brasileira). Necessidade que surge das práticas e vivências, do desenvolvimento de epistemologias com o fim de despertar consciências ingênuas, torna-las críticas diante da realidade, que, em tempos pós-modernos, é fluídica, fragmentada, não se mostra visível, palpável e muitas vezes, inviabiliza o Outro, o Diferente, o não-eu. Tempos de reflexão e de autorreflexão sobre a assunção de compromissos coletivos, que não se fundam no egoísmo sob pena de ruírem diante dos obstáculos e desigualdades que experienciamos numa sociedade dividida em classes. Porém desta mesma condição de incerteza de quem eu e o Outro somos, o que fazemos, o que queremos e a quem servimos, possibilita o surgimento de novas consciências e possíveis novas lideranças provocadas pelo embate entre o que somos e o que aparentamos ser, ou nossas representações. Inevitável se torna, pois, o comprometimento, o engajamento nas lutas sociais de nosso tempo.

A investigação tem como foco discutir a função social da Universidade inserida em situação de fronteira, como é o caso da instituição pesquisada, na formação de professores. Para tal, a teorização pós-estruturalista sobre Currículo, tendo como base especialmente os Estudos Culturais e Pós-Colonialismo revelam-se apropriadas quando se pretende compreender a formação de identidades na pós-modernidade, revisitando o papel do educador no Séc. XXI não apenas diante dos saberes necessários à sua prática, mas como líder democrático frente à nossa própria realidade de países colonizados na América Latina. Como sujeitos deste cenário somos obrigados a tentar entender que a produção das desigualdades, tem enraizamentos sociais e políticos mais profundos e complexos, que nos leva a crer nos Outros como diferentes e desiguais. Essas dimensões do poder expressam-se no âmbito da cultura nos possibilitando a leitura do Currículo como instrumento ideológico, na sua dimensão discursiva cultural que reproduz e favorece a produção de identidades e representações nacionalistas que buscam fortalecer as mesmas identidades fixas e politicamente hegemônicas.

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR), desde a criação do Estado de Rondônia (1982, BRASIL) tem sido a única referência de ensino superior público na região. Tal fato nos remete à sua função social na formação de docentes, que entre outros profissionais, integrarão os quadros responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico e cultural do Estado. A pesquisa, ao analisar como está se dando a formação de professores, tendo como referência os Estudos Culturais, visa trazer contribuições para a descolonização de currículos e práticas docente. Assim, busca-se responder à questão sobre como está se dando a formação docente, como estão organizados os currículos e como

esta formação incide sobre a prática pedagógica dos egressos da instituição em foco, influenciando diretamente sobre a qualidade do ensino local, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

Delimita-se a pesquisa no Curso de Pedagogia da UNIR, em seu *campus* fronteiriço com Bolívia (Guajará-Mirim-Brasil/Guayaramerín-Beni), a partir da análise do seu projeto pedagógico curricular investigando se o mesmo contempla os saberes amazônicos das comunidades rondonienses com base no etnoconhecimento biorregional e expressos na cultura local, com o intuito de contribuir para a construção de currículos democráticos e socialmente justos na perspectiva dos Estudos Culturais. Além da análise curricular, buscar-se-á ouvir os sujeitos da formação docente: professores, alunos, coordenador de curso e egressos do referido Curso que estão atuando no ensino fundamental das escolas públicas locais.

O estudo e a compreensão dos temas tais como Estudos Culturais, Currículo, multiculturalismo/interculturalismo, Pós-Colonialismo e Formação de professores é imprescindível para a análise e construção de currículos de formação na fronteira geopolítica e cultural da Amazônia rondoniense, de forma crítica, descolonizada e significativa, construindo, como produto da pesquisa, pistas para a criação e ou reformulação curricular, intervindo com sugestões e proposições socialmente referenciadas na perspectiva de aprimoramento de lideranças ético-includentes. Assim, a gestão social do Currículo implica nas reflexões sobre a função social da Universidade para uma sociedade multicultural e na análise dos dados correspondentes em sistematização na presente pesquisa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. (1985). *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/umarama/arquivos/File/educ_esp/fil_dialetica_esclarec.pdf

ALTHUSSER, L. (1980). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. 3ª edição. Lisboa, Portugal. Editorial Presença/Martins Fontes.

DURKHEIM, Émile. (1955). *Educação e Sociologia*, trad. Lourenço Filho, Edições Melhoramentos, São Paulo, 4ª ed., pp. 25.56. Disponível em: <http://www.gutierrez.pro.br/cdpead/pead/textos/durkheim.pdf>

HALL, Stuart. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.

FREIRE, Paulo. (1997). *Pedagogia da autonomia: os saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

_____. (1976) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. (2000) *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Editora UNESP.

_____. (1994) *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FORQUIN, J. C. (1993). *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

LIBANEO, J. C. (2001). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa.

MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. (2002). Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. (Orgs.) *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez (1994), 6ª ed., pp. 7-37.

MOREIRA, D.A. (2011). *Ética, educação, universidade, sociedade: reflexões acerca de vivências e práticas como respostas às necessidades sociais no contexto da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2.ed., v.4, São Paulo: Cortez, 2008.